

Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rj/2064866661/inteiro-teor-2064866663>

TJRJ • Procedimento do Juizado Especial Cível • XXXXX-93.2023.8.19.0206 • 1º Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

25/11/2023

Número: [XXXXX-93.2023.8.19.0206](#)

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Órgão julgador: 1º Juizado Especial Cível da Regional de Santa Cruz

Última distribuição : 10/09/2023

Valor da causa: R\$ 42.010,48

Assuntos: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Obrigação de Fazer / Não Fazer,

Indenização Por Dano Moral - Outras, Repetição do Indébito Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes Procurador/Terceiro vinculado YAN CRISTIAN ACIOLY DA SILVA (AUTOR) YAN CRISTIAN ACIOLY DA SILVA (ADVOGADO)

KAUAM CHARLES VIANA ALBUQUERQUE (ADVOGADO) HURB TECHNOLOGIES S.A. (RÉU) PAOLA CARVALHO VIDAL (ADVOGADO)

Documentos Id. Data da Documento Tipo

Assinatura

86147 07/11/2023 13:22 Projeto de Sentença Projeto de Sentença

531

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca da Capital - Regional de Santa Cruz

1º Juizado Especial Cível da Regional de Santa Cruz

Rua Olavo Bilac, S/N, Santa Cruz, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 23570-220

PROJETO DE SENTENÇA

Processo: [XXXXX-93.2023.8.19.0206](#)

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: YAN CRISTIAN ACIOLY DA SILVA

RÉU: HURB TECHNOLOGIES S.A.

Trata-se de ação proposta pelo procedimento previsto na Lei [9.099/95](#) em que o Autor sustenta que solicitou o cancelamento de pacotes de viagens adquiridos com a Ré, mas não obteve êxito.

O Réu suscitou preliminar de suspensão do processo e no mérito defendeu a ausência de ato ilícito.

É o breve relatório. Passo a decidir.

DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO (HURB)

"Rejeito o pedido de suspensão do processo, visto que o mero ajuizamento de ação civil pública não implica na suspensão automática das demandas individuais, conforme precedentes do TJRJ:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Obrigação de fazer. Piso salarial do magistério. Decisão agravada que determinou a suspensão do feito até o julgamento da ação civil pública que trata da mesma matéria. Reforma que se impõe. A existência da [ACP n.º XXXXX-59.2018.8.19.0001](#) não implica, necessariamente, na suspensão das demandas individuais, eis que é facultado à parte autora a opção de promover a defesa de seus interesses através da simples propositura de ação individual, ainda que na pendência de ação coletiva sobre o mesmo objeto. Inexistência de determinação de suspensão das ações individuais no bojo da [Ação Civil Pública n.º XXXXX-59.2018.8.19.0001](#). Decisão reformada. RECURSO PROVIDO.

([XXXXX-35.2023.8.19.0000](#) - AGRAVO DE INSTRUMENTO. Des (a). PEDRO SARAIVA DE ANDRADE LEMOS - Julgamento: 26/06/2023 - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO (ANTIGA 10a CÂMARA)"

DO MÉRITO

ressalto, no mérito, que a relação jurídica objeto da presente demanda é de consumo, uma vez que a parte autora encontra-se abarcada pelo conceito normativo do art. 2º da Lei. [8.078/90](#) e, igualmente, o Réu enquadra-se no conceito do art. 3º do referido diploma legal. Por essa razão, impõe-se a inteira aplicação das normas previstas no [Código de Defesa do Consumidor](#) ([CDC](#)) que positiva um núcleo de princípios e regras protetoras dos direitos dos consumidores, inclusive no que se refere à inversão do ônus da prova em favor da parte consumidora e à natureza objetiva da responsabilidade civil dos fornecedores.

O Réu, por ser fornecedor de serviços, deve ser submetido às normas do [Código de Defesa do Consumidor](#) e a todos os seus princípios basilares, dentre os quais, o da vulnerabilidade do consumidor e o da responsabilidade objetiva pelos danos e vícios na prestação de serviços e fornecimento de produtos, conforme dispõe, respectivamente, o art. 6º, [VIII](#), art. 12 e 14 e art. 18 e 20, todos da Lei nº [8.078/90](#).

As alegações autorais merecem ser acolhidas.

O Autor sustenta que adquiriu vinte pacotes de viagens, mas solicitou o cancelamento de todos mediante a notícia de descumprimento dos contratos pela ré. Aduz que a ré se comprometeu a restituir a quantia no prazo de sessenta dias, conforme documentos anexados na inicial, mas se manteve inerte.

A Ré não comprova a restituição do valor. Em outras palavras, a Ré não se desincumbiu do seu ônus probatório (art. 373, [II](#), do [CPC](#)), trazendo aos autos fato modificativo, impeditivo ou extintivo do [direito autoral](#).

A restituição do valor deverá ocorrer na forma simples, visto que não se trata de cobrança indevida (art. 42, [parágrafo único](#), do [CDC](#)).

A fixação do valor devido a título de indenização pelo dano moral aqui configurado deve atender ao princípio da razoabilidade, pois se impõe, a um só tempo, reparar a lesão moral sofrida pela parte autora sem representar enriquecimento sem causa e, ainda, garantir o caráter punitivo-pedagógico da verba, pois a indenização deve valer, por óbvio, como desestímulo à prática constatada.

Com efeito, o próprio [Código de Defesa do consumidor](#) prevê a efetiva reparação dos danos morais (art. 6º, [VI](#), do [CDC](#)).

À luz de tais critérios e considerando a dimensão dos fatos aqui relatados, fixo a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de reparação, por entendê-la justa e adequada para o caso.

Em face de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO , na forma do art. [487](#), [I](#), [CPC](#), para:

CONDENAR a Ré a restituir à parte autora a quantia integral paga pelos pacotes de viagem objeto da lide (R\$ 16.005,24), com correção monetária a contar do desembolso e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação;

CONDENAR a Ré a pagar à parte autora a quantia de R\$ 2.000,00, com correção monetária a contar do arbitramento e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação.

Projeto de sentença sujeito à homologação pelo MM. Juiz de Direito, com base no art. [40](#), da Lei [9.099/95](#).

Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no artigo [55](#), da Lei nº [9.099/95](#). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

P.R.I.

RIO DE JANEIRO, 7 de novembro de 2023.

CAIO VAZ FERREIRA